



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472



## Agroecologia, questão agrária e processos de territorialização: uma proposta de mapeamento a partir da realidade do campo baiano

Nathan Pereira Dourado<sup>I</sup> , Guiomar Inez Germani<sup>II</sup> 

<sup>I</sup> Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, BA, Brasil

<sup>II</sup> Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, BA, Brasil

### RESUMO

A territorialização da agricultura capitalista e a territorialização da agroecologia camponesa estão em permanente disputa, constituem territorialidades distintas e representam paradigmas de desenvolvimento antagônicos. Com o intuito de compreender os processos sociais que impulsionam a territorialização da agroecologia, o presente artigo propõe uma proposta de mapeamento e análise de algumas experiências impulsionadoras da agroecologia em curso no estado da Bahia, nas suas múltiplas dimensões, envolvendo experiências no âmbito da construção do conhecimento, da produção, da comercialização, da assistência técnica e extensão rural, da organização social e políticas públicas, empreendida por diferentes sujeitos, organizações e movimentos, que ajudam a promover a territorialização da agroecologia como contraponto ao processo de territorialização do agronegócio.

**Palavras-chaves:** transição agroecológica; territorialização; agronegócio.

## Agroecology, agrarian question and territorialization processes: a mapping proposal based on the reality of the Bahian countryside

### ABSTRACT

The territorialization of capitalist agriculture and the territorialization of peasant agroecology are in permanent dispute, constitute distinct territorialities and represent antagonistic development paradigms. In order to understand the social processes that drive the territorialization of agroecology, this article proposes a mapping and analysis proposal of some experiences that drive agroecology in progress in the state of Bahia, in its multiple dimensions, involving experiences within the scope of the construction of knowledge, production, marketing, technical assistance and rural extension, social organization and public policies, undertaken by different subjects, organizations and movements, which help to promote the territorialization of agroecology as a counterpoint to the process of territorialization of agribusiness.

**Keywords:** agroecological transition; territorialization; agribusiness.

## **Agroecología, cuestión agrária y procesos de territorialización: una propuesta de mapeo basada en la realidad del campo de Bahía**

### **RESUMEN**

La territorialización de la agricultura capitalista y la territorialización de la agroecología campesina están en permanente disputa, constituyen territorialidades distintas y representan paradigmas de desarrollo antagónicos. Para comprender los procesos sociales que impulsan la territorialización de la agroecología, este artículo propone un mapeo y una propuesta de análisis de algunas experiencias que impulsan la agroecología en progreso en el estado de Bahía, en sus múltiples dimensiones, involucrando experiencias en el ámbito de la construcción de conocimiento, producción, comercialización, asistencia técnica y extensión rural, organización social y políticas públicas, emprendidas por diferentes sujetos, organizaciones y movimientos, que coadyuven a promover la territorialización de la agroecología como contrapunto al proceso de territorialización de los agronegocios.

**Palabras clave:** transición agroecológica; territorialización; agronegocios.

### **INTRODUÇÃO**

O modelo de desenvolvimento do agronegócio e o seu paradigma tecnológico dominante, por ser extremamente desigual e contraditório, promove a concentração de terra, de poder e de renda, a especialização produtiva em commodities e a apropriação privada dos bens da natureza (PORTO-GONÇALVES, 2004; PLOEG, 2008; GERMANI, 2010; ALENTEJANO, 2020). Além disso, pode-se afirmar que, atualmente, as forças produtivas da agricultura capitalista se converteram em forças destrutivas, por meio do uso de “tecnologias contrárias à vida” (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 68), que provocam desmatamento, perda de biodiversidade, contaminação do solo e da água devido ao uso intensivo de agroquímicos, e emissão de gases de efeito estufa, para citar alguns exemplos. Tais efeitos revelam o caráter controverso das políticas de desenvolvimento rural implementadas pelo Estado brasileiro, que só agravam a problemática ambiental e climática, a questão alimentar, a questão agrária e os conflitos no campo (PORTO-GONÇALVES, 2004; ALENTEJANO, 2020).

A agroecologia, por sua vez, pode ser entendida como um modelo contra hegemônico de desenvolvimento que visa a transformação das relações sociais de produção no campo e a reconfiguração do sistema agroalimentar, conciliando a produção de alimentos saudáveis com a conservação ambiental, justiça social e valorização dos conhecimentos tradicionais e da cultura local (ALTIERI; TOLEDO, 2011; ROSSET; ALTIERI, 2022).

Nas últimas duas décadas, tem crescido o número de movimentos camponeses que apostam na agroecologia como um projeto político de enfrentamento ao modelo hegemônico de desenvolvimento capitalista, e como forma de promover a soberania alimentar e o bem viver, evidenciando “lógicas contraditórias de apropriação do espaço geográfico”

(GERMANI, 2010, p. 15). Em suma, a agroecologia pode ser concebida como um projeto de classe do campesinato contemporâneo em oposição às relações capitalistas de produção no campo; agrega-se, portanto, novos conteúdos à questão agrária na atualidade, de modo que não é só a luta pela democratização do acesso à terra que está em questão, no sentido mais amplo, trata-se de uma luta contra um modelo de desenvolvimento (GÓMEZ, 2010; VIA CAMPESINA, 2015; ROSSET; MARTÍNEZ-TORRES, 2016; FERNANDES, 2018; ROSSET; BARBOSA, 2019; ALENTEJANO, 2020).

Alentejano (2020) afirma que:

A superação do modelo do agronegócio passa pela retomada da reforma agrária e pelo desenvolvimento da agroecologia, sem o que o campo brasileiro continuará sendo um espaço de violência, de devastação, de superexploração do trabalho e de desigualdades profundas (ALENTEJANO, 2020, p. 269).

Apesar de já existir um amplo conjunto de evidências que atestam a superioridade da produção agroecológica e uma série de argumentos a favor da transformação agroecológica dos sistemas de produção agrícolas (PLOEG, 2012; MACHADO; MACHADO FILHO, 2014; ROSSET; ALTIERI, 2022), “o processo histórico de legitimação do modelo da agricultura convencional tem raízes tão profundas que não é fácil superá-la com o mero discurso em favor da agroecologia” (ROSSET; BARBOSA, 2019, p.47), o real gargalo não está na disponibilidade de alternativas, mas sim na existência de obstáculos e barreiras que impedem a ampliação e expansão dos sistemas de produção agroecológicos (ROSSET; ALTIERI, 2022).

Como se trata de modelos de desenvolvimento em disputa, a hegemonia do modelo do agronegócio impede o desenvolvimento do modelo da agroecologia. Portanto, são necessários processos sociais efetivos que ajudem a romper com essas barreiras e impulsionem a ampla adoção da agroecologia pelo campesinato e sua massificação nos territórios, “no sentido de que sejam muitas as famílias que desenvolvam uma produção agrícola de matriz agroecológica, com uma expansão territorial e dos sujeitos da *práxis* agroecológica” (ROSSET; BARBOSA, 2019, p.48).

Com o intuito de compreender os processos sociais que impulsionam a territorialização da agroecologia, o presente artigo apresenta uma proposta de mapeamento e análise de experiências impulsionadoras da agroecologia em curso no estado da Bahia, nas

suas múltiplas dimensões, envolvendo experiências no âmbito da construção do conhecimento, da produção, da comercialização, da assistência técnica e extensão rural, da organização social e políticas públicas, empreendida por diferentes sujeitos, organizações e movimentos, que ajudam a promover a territorialização da agroecologia como contraponto ao processo de territorialização do agronegócio.

## 1. Elementos para se pensar a territorialização da agroecologia

A territorialização da agricultura capitalista (leia-se agronegócio) e a territorialização da agroecologia camponesa estão em permanente disputa, e como já foi visto, constituem territorialidades distintas e representam paradigmas de desenvolvimento antagônicos (FERNANDES, 2008; PLOEG, 2012; SAQUET, 2014; ROSSET; MARTINEZ-TORRES, 2016; ALENTEJANO, 2020; ROSSET; ALTIERI, 2022).

Em nossa análise, o conceito de território é compreendido enquanto processo social de apropriação do espaço (material e simbolicamente), como instrumento de exercício do poder e como campo de forças, desde uma perspectiva processual-relacional, multidimensional e multiescalar (SOUZA, 2000; HAESBAERT, 2004; SAQUET, 2014). O conceito de territorialização, por sua vez, pode ser entendido como “o conjunto das múltiplas formas de construção/apropriação (concreta/simbólica) do espaço social, em sua interação com elementos como o poder, os interesses econômicos, as necessidades ecológicas e a subjetividade” (HAESBAERT, 2020, p. 45).

Os processos sociais de territorialização da agroecologia são complexos, multidimensionais e dinâmicos, de modo que há muitos fatores implicados na sua realização. Mier y Terán *et al.* (2018) identificaram oito fatores-chave para entender os processos sociais de “escalamento” (*scaling*) da agroecologia: (1) reconhecimento de uma crise que impulse a busca por alternativas; (2) organização social; (3) processos de aprendizagem construtivista; (4) práticas agroecológicas efetivas; (5) discurso mobilizador; (6) aliados externos; (7) mercados favoráveis e (8) políticas públicas favoráveis.

Já para Rosset (2017, p. 121), os fatores identificados como chave para o processo de “massificação/territorialização” da agroecologia foram: (1) a organização e o tecido social-organizativo (a organicidade); (2) o protagonismo camponês; (3) A iniciativa de mulheres e da juventude; (4) um discurso motivador e mobilizador; (5) os mercados alternativos; (6) a existência de políticas públicas; e (7) processos educativos.

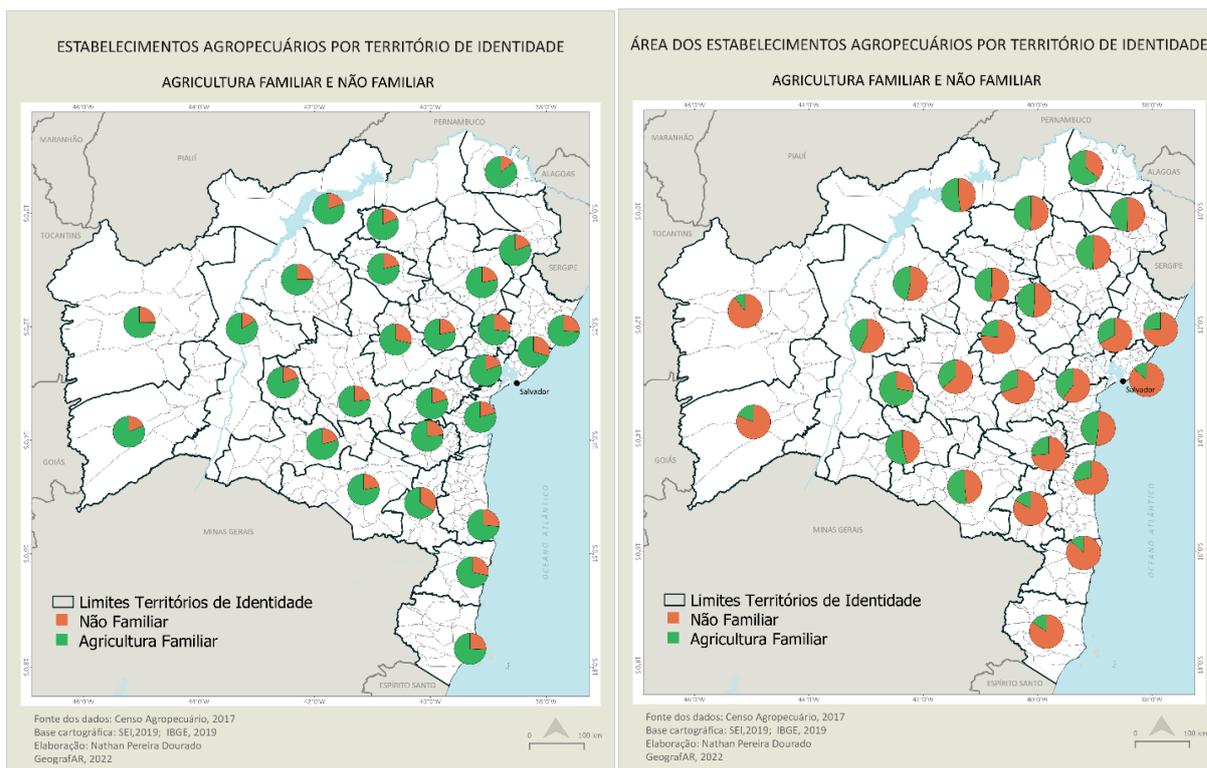
Cabe destacar que os pesquisadores da área não estabelecem um vocabulário unificado para o que descrevemos acima, portanto, há diferentes conceitos utilizados para se referir ao processo de expansão da agroecologia, como por exemplo: territorialização, massificação, escalonamento, amplificação, multiplicação, reconfiguração, mudança de regime e até mesmo revolução (FERGUSON et al, 2019). Em nossa análise optamos pelo conceito de territorialização, já que os conceitos de massificação e escalonamento, no português, podem acabar transmitindo a ideia de homogeneização/padronização/produtivismo, afastando-se, assim, da proposta real da agroecologia fundamentada numa epistemologia plural e no diálogo de saberes.

## **2. Expressões da questão agrária na Bahia e as diferentes territorializações**

De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 2017, a Bahia é o estado brasileiro que possui o maior número de agricultores familiares<sup>1</sup>, com 593.411 mil estabelecimentos rurais deste tipo (15% do total do país), correspondendo a 77,8% do total de estabelecimento rurais do estado, mesmo ocupando apenas 32,2% da área total explorada pela atividade agropecuária (IBGE, 2019). Apesar do alarmante grau de concentração de terras, os dados do Censo Agropecuário de 2017 evidenciam também a importância da agricultura familiar baiana no que se refere a ocupação da mão de obra e abastecimento do mercado interno.

### **Figuras 1 e 2 – Mapas com número de estabelecimentos e área dos estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar no estado da Bahia**

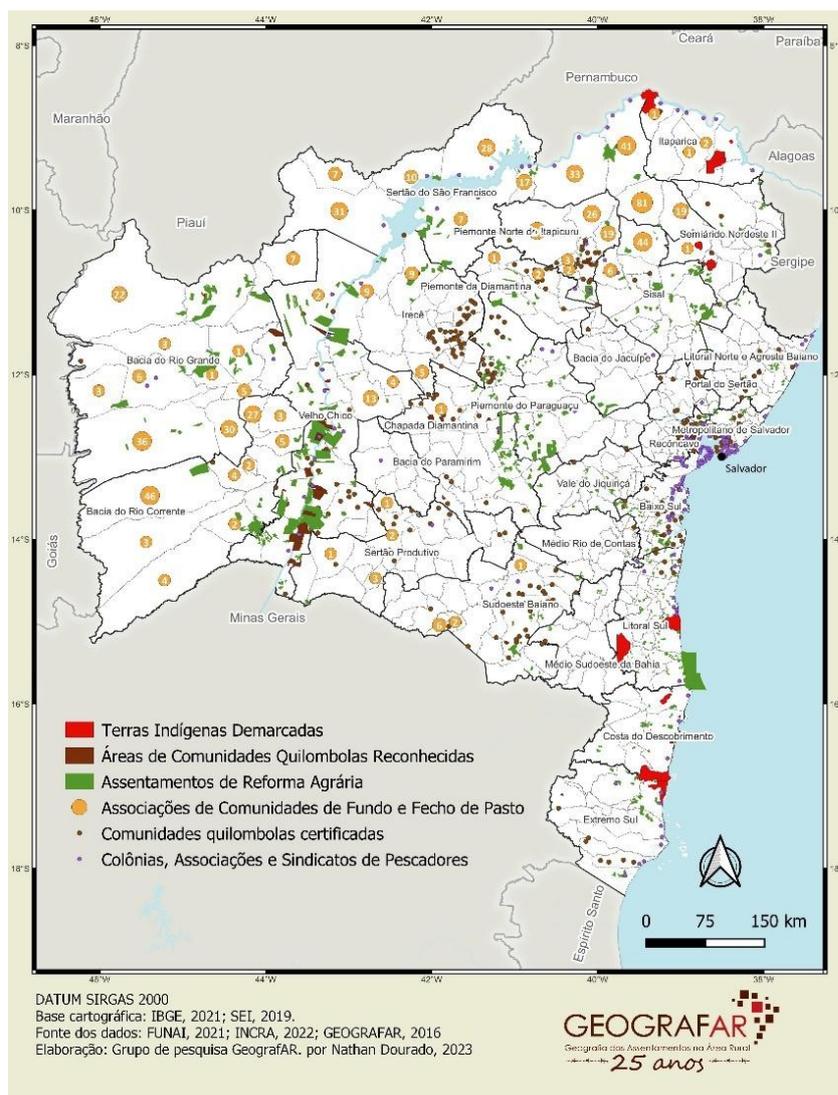
<sup>1</sup> Pela definição legal, é considerado agricultor familiar todo aquele que cumprir simultaneamente os seguintes critérios estabelecidos no Decreto n. 9.064, de 31.05.2017: I. possuir, a qualquer título, área de até quatro módulos fiscais; II. utilizar, no mínimo, metade da força de trabalho familiar no processo produtivo e de geração de renda; III. auferir, no mínimo, metade da renda familiar de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; e IV. ser a gestão do estabelecimento ou do empreendimento estritamente familiar (BRASIL, 2017).



Agricultura familiar é um conceito genérico, há uma diversidade de situações e sujeitos que fazem parte da agricultura familiar, envolvendo desde o camponês e membro de comunidade tradicional até o agricultor familiar modernizado. Para se ter uma ideia dessa diversidade, a Bahia possui um total de 48.664 famílias assentadas em 691 assentamentos da reforma agrária<sup>2</sup> (INCRA, 2017). A Bahia também é o estado que possui a maior quantidade que comunidades quilombolas no Brasil, com 672 comunidades reconhecidas (FUNDAÇÃO PALMARES, 2021), e o terceiro maior em população indígena autodeclarada, com 56.381 pessoas representantes de 22 etnias (IBGE, 2012), com 134 aldeias indígenas em 28 terras indígenas (FUNAI, 2023). Estima-se, ainda, que existem na Bahia, cerca de 966 comunidades tradicionais autoidentificadas como Fundo e Fecho de Pasto (GEOGRAFAR, 2020).

**Figura 3 - Mapa dos territórios indígenas, quilombolas, pesqueiros, fundo e fecho de pasto e da reforma agrária no Estado da Bahia, 2023.**

<sup>2</sup> Este é um número oficial disponibilizado pelo INCRA, onde inclui como assentamento de reforma agrária, processos outros como de regularização fundiária de comunidades tradicionais tanto quilombola como de Fundo e Fecho de Pasto. Há algum tempo, o Grupo de Pesquisa GeografAR desenvolve uma metodologia para “depurar” estas informações no sentido de considerar como tal somente as áreas adquiridas através de desapropriação, registrando 535 assentamentos de reforma agrária na Bahia. Dados disponíveis em: [https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/geografar\\_assrefagraria\\_incra2019.pdf](https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/geografar_assrefagraria_incra2019.pdf).



Fonte: elaboração própria (2023).

Nesse contexto de diversidade de sujeitos que representam o campesinato contemporâneo no Estado da Bahia, fica evidente a potencialidade de se realizar um amplo processo de territorialização da agroecologia nesses territórios, envolvendo a diversidade de povos e identidades, o diálogo de saberes e o intercâmbio de experiências. Essa construção vem sendo gestada a partir das múltiplas dimensões que envolvem o processo de transição agroecológica, tais como: processos educativos, assistência técnica e extensão rural, organização social, políticas públicas e construção de mercados alternativos. Algumas destas experiências foram mapeadas e serão apresentadas a seguir.

### 3. Mapeamento de iniciativas agroecológicas

### 3.1 Construção do conhecimento agroecológico

Parte-se do pressuposto de que os processos educativos em torno da construção do conhecimento agroecológico, seja em espaços formais ou informais de educação, são impulsionadores do processo de territorialização da agroecologia.

Os cursos superiores de ciências agrárias, tais como Agronomia, Veterinária e Zootecnia, voltados para formação de profissionais para atuação no campo, normalmente, são direcionados pela lógica desenvolvimentista da Revolução Verde e têm os seus currículos empregados para transferência de tecnologia baseada no modelo hegemônico de produção de commodities, fundamentados no pacote tecnológico – monocultura, maquinário, irrigação, fertilizantes químicos, agrotóxicos e transgênicos –, não levando em conta a formação crítica dos estudantes. A agroecologia, por sua vez, difere do restante das ciências agrárias por possuir um caráter contra hegemônico e transformador da realidade, apresentando perspectivas, metodologias e abordagens distintas.

No âmbito da educação formal, observa-se, nos últimos anos, o crescimento no número de cursos formais de agroecologia, em distintos níveis, nas Universidades e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia localizados na Bahia. Segundo nosso levantamento, atualmente, existem 3 cursos técnicos integrados ao ensino médio, 5 cursos de graduação, 3 especializações e 1 programa de doutorado, responsáveis por proporcionar formação profissional e acadêmica específicas em agroecologia (Quadro 1), além destes, há cursos com outras nomenclaturas mas que possuem enfoques e disciplinas de agroecologia, que não fizeram parte deste levantamento.

**Quadro 1 - Cursos técnicos e superiores de agroecologia em Universidades e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia na Bahia.**

Nome	Localidade	Ano de criação
Técnico em Agroecologia Integrado ao Ensino Médio	IFBaiano – Campus Valença	2011
Técnico em Agroecologia Integrado ao Ensino Médio	IFBaiano – Campus Bom Jesus da Lapa	2016
Técnico em Agroecologia Integrado ao Ensino Médio	IFBaiano – Campus Serrinha	2016
Graduação Bacharelado em Agroecologia	UNEB – Campus Conceição do Coité	2020
Graduação Bacharelado em Agroecologia	UNEB – Campus Irecê	2019
Graduação Licenciatura em Agroecologia	UNEB – EFA Riacho de Santana	2023
Graduação Tecnólogo em Agroecologia	UFRB – Campus Cruz das Almas	2013
Graduação Tecnólogo em Agroecologia	IFBaiano – Campus Uruçuca	2013
Especialização em Agroecologia e Educação do Campo	UFSB – Campus Teixeira de Freitas	2021

Especialização em Agroecologia e Tecnologias Sociais da Educação do Campo	UFRB – Campus Amargosa	2021
Especialização em Agroecologia e Meio Ambiente	IFBaiano – Campus Valença	2017
Doutorado em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial	Univasf – Campus Juazeiro	2019

**Fonte:** Elaboração própria, a partir de pesquisa de campo e acesso ao Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-mec (consulta em 18/05/2023).

Ademais, além dos cursos oferecidos pelas Universidades e Institutos Federais de Educação, a Secretária de Educação do Estado da Bahia, possui a oferta de 50 cursos de técnico em agroecologia, nas modalidades de subsequente, ensino médio integrado e Proeja, em 48 unidades escolares (Quadro 2), que envolvem colégios estaduais e centros estaduais e territoriais de educação profissional (CTEP), sendo boa parte destes localizados em áreas de assentamento de reforma agrária e territórios indígenas e quilombolas.

#### **Quadro 2 - Unidades escolares ofertantes do curso técnico em agroecologia.**

<b>Território de Identidade</b>	<b>Quantidade de UEE</b>
NTE 01 - IRECÊ	04
NTE 03 - CHAPADA DIAMANTINA	01
NTE 04 - SISAL	04
NTE 05 - LITORAL SUL	05
NTE 06 - BAIXO SUL	04
NTE 07 - EXTREMO SUL	01
NTE 08 - MÉDIO SUDOESTE DA BAHIA	03
NTE 09 - VALE DO JIQUIRÍÇÁ	02
NTE 10 - SERTÃO DO SÃO FRANCISCO	06
NTE 13 - SERTÃO PRODUTIVO	01
NTE 14 - PIEMONTE DO PARAGUAÇU	01
NTE 15 - BACIA DO JACUÍPE	03
NTE 17 - SEMIÁRIDO NORDESTE II	03
NTE 18 - LITORAL NORTE AGRESTE BAIANO	02
NTE 20 - SUDOESTE BAIANO	03
NTE 21 - RECÔNCAVO	02
NTE 22 - MÉDIO RIO DE CONTAS	01
NTE 23 - BACIA DO RIO CORRENTE	02
NTE 24 - ITAPARICA	01
NTE 25 - PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU	01

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados fornecidos pela SEE-BA (2023).

De acordo com Pimentel (2022) há distintas intencionalidades na criação dos cursos superiores e técnicos de agroecologia no Brasil e o seu crescimento se deu por quatro

aspectos: 1) demanda dos movimentos sociais do campo e o Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária (PRONERA); 2) atendimento ao nicho de mercado dos orgânicos e crescimento na demanda por produtos orgânicos e preocupação ambiental por parte da sociedade; 3) expansão da Rede Federal de Ensino Profissional e Tecnologia; e 4) crescimento de políticas de apoio à agricultura familiar, que demanda por profissionais com enfoque em agroecologia.

Para além dos cursos formais, observa-se também a internalização do paradigma agroecológico nos projetos de pesquisa e extensão, isso tem legitimado a agroecologia enquanto Ciência dentro do espaço acadêmico. Nas instituições de ensino superior da Bahia, observa-se a existência de uma quantidade expressiva de grupos de estudos e Núcleos de Estudos em Agroecologia (NEAs)<sup>3</sup>, totalizando um total de 4 grupo de pesquisa e 8 NEAs, segundo o nosso levantamento realizado em 2021 (Quadro 3). A partir da articulação das dimensões da agroecologia – ciência, prática e movimento – e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, esses grupos buscam romper com os muros da universidade e se aproximar das comunidades, dos territórios e movimentos sociais do campo, incluindo-os no processo de geração de conhecimento a partir do diálogo de saberes, ou seja, os processos de pesquisa costumam ser realizados em conjunto com os sujeitos que praticam a agroecologia.

**Quadro 3 - NEAs e Grupos de pesquisa-extensão presentes na Bahia.**

Nome	Localidade	Ano de criação
Núcleo de Estudos em Agroecologia e Educação do Campo - NEA EdoCampo	UFRB – Campus Feira de Santana	2010
Núcleo de Estudos em Agroecologia – NEA Sertão Agroecológico	UNIVASF - Petrolina	2012
Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica (NEA-TRILHAS)	UEFS – Feira de Santana	2012
Núcleo de Estudos em Agroecologia e Nova Cartografia Social	UFRB – Campus Amargosa	2015
Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção orgânica do Território Sertão Produtivo (NEAPO)	IF Baiano – Campus Guanambi	2016
O Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica Pau-Brasil (NEA-PB)	UFSB – Porto Seguro	2017
Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica	IF Baiano – Campus Bom Jesus da Lapa	2018
Núcleo de Estudos em Agroecologia – NEA Abelmanto	IF Baiano – Campus Serrinha	2018
Grupo de pesquisa “Desenvolvimento da Agricultura Familiar	UFRB – Cruz das Almas	2006

<sup>3</sup> Os NEAS foram fomentados por meio de chamadas públicas específicas lançadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em parceria com ministérios envolvidos com o tema. Estima-se que existem cerca de 150 NEAs no Brasil.

e da Agroecologia” - DAFAG		
GAPA - Grupo Agroecológico de Produção Animal	UFRB – Cruz das Almas	2013
Grupo de Pesquisa em Agroecologia	IF Baiano – Campus Valença	2016
Grupo de Pesquisa em Educação do Campo, Agroecologia e Movimentos Sociais (GECA)	UFRB – Campus Amargosa	2020

Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração própria com base no Diretório de Grupos de Pesquisa – Plataforma Lattes – CNPq, 2022.\_

Ainda no âmbito das experiências ligadas a construção do conhecimento agroecológico, destacam-se, também, os centros de formação e escolas populares de agroecologia, enquanto conquistas dos movimentos sociais, que têm como um de seus objetivos contribuir para a formação técnica, organizativa e política dos camponeses assentados da reforma agrária. Na Bahia existem quatro centros de formação criadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), onde são ofertados cursos de curta duração, seminários, oficinas, capacitações e cursos formais de nível médio integrado e até mesmo superior em agroecologia, bem como são desenvolvidas tecnologias agroecológicas apropriadas à agricultura camponesa. Nos cursos formais ofertados, a agroecologia não é tratada como uma matéria ou conteúdo curricular, e sim como eixo transversal em toda estrutura curricular.

#### Quadro 4 - Centros de formação e escolas populares de agroecologia

Nome	Localidade	Município/T.I	Nível	Ano de criação
Escola Técnica em Agroecologia Luana Carvalho	Assentamento Joseney Hipolito	Ituberá - Baixo Sul	Ensino médio técnico em agroecologia	2015
Escola Popular de agroecologia Egídio Brunetto	Assentamento Jaci Rocha	Prado - Extremo Sul	Ensino técnico e superior (especialização)	2014
O Centro Estadual de Educação Profissional do Campo Milton Santos	Assentamento Terra Vista	Arataca - Litoral Sul	Curso técnico em agroecologia (PROEJA) na modalidade da Pedagogia da Alternância	2010
Centro de Formação Pátria Livre	Assentamento Pátria Livre	Barra do Choça – Vitória da Conquista	Curso técnico em agropecuária com ênfase em agroecologia	2019

Fonte: Elaboração própria com base em levantamento feito com o MST, 2023.

Essas escolas recebem jovens de assentamentos e acampamentos da região, fortalecendo as organizações populares envolvidas e contribuindo para a construção da Reforma Agrária Popular. Nesse sentido, Rosset (2017, p. 124) propõe pensarmos sobre

“como as Escolas do Campo poderiam funcionar como eixos de ações nos processos territoriais para elevar a escala da Agroecologia”.

As crianças e os jovens são muito importantes para construir a territorialidade da Agroecologia, portanto, formá-los com uma visão diferente, agroecológica, e com conhecimento da Agroecologia, pode ter diferentes efeitos multiplicadores no território (ROSSET, 2017, p. 124).

Nesse sentido, as Escolas Famílias Agrícolas (EFA's) também têm incorporado a agroecologia no projeto pedagógico, mediante o currículo da pedagogia da alternância e do trabalho como princípio educativo. Em nossa pesquisa de campo, identificamos quatro EFA's<sup>4</sup> que se destacam por adotar a agroecologia não somente como uma disciplina, mas como pilar fundamental do processo de formação e que, também, por meio do Programa Técnico e Educativo de Sistemas Agroflorestais, promovem experimentos inovadores em agroecologia. As EFA's atendem comunidades tradicionais e rurais (Fundo de Pasto, Assentados da Reforma Agrária, Indígenas, Quilombolas, etc).

#### Quadro 5 - Principais EFA's que trabalham com agroecologia na Bahia

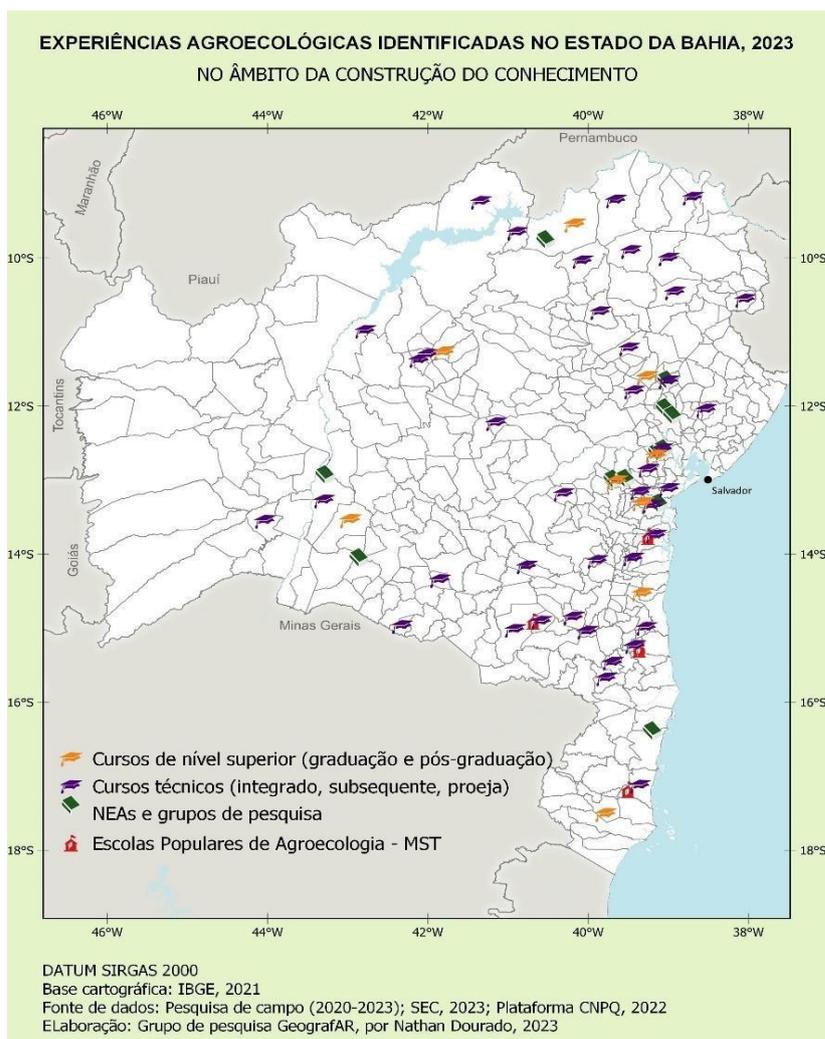
Nome	Município	Nível	Ano de criação
EFA do Sertão	Monte Santo	Fundamental, médio e técnico Projeto SAF EDU REFAISA	1998
EFA da Região de Alagoinhas – EFARA	Alagoinhas	Fundamental, médio e técnico Projeto SAF EDU REFAISA	1983
EFA de Sobradinho	Sobradinho	Fundamental, médio e técnico Projeto SAF EDU REFAISA	1990
EFA de Antônio Gonçalves (EFAG)	Antônio Gonçalves	Fundamental, médio e técnico Projeto SAF EDU REFAISA	2004

Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração própria, 2022.

As experiências apresentadas apontam para a disputa de territórios (materiais e imateriais) dentro das instituições de ensino, pesquisa e extensão. A figura 4 demonstra a espacialidade de tais experiências, ou melhor, a territorialização da agroecologia no âmbito da construção do conhecimento agroecológico dentro das ciências agrárias.

#### Figura 4

<sup>4</sup> Atualmente existem duas redes de EFA na Bahia: Rede das Escolas Famílias Agrícolas Integradas do Semiárido (REFAISA), que congrega 13 EFAs e a Associação das Escolas das Comunidades e Famílias Agrícolas da Bahia (AECOFABA) que congrega 16 EFAS de ensino fundamental e técnico.



Fonte: elaboração própria (2023).

### 3.2 Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) Agroecológica

As organizações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATERs), desempenham um importante papel na territorialização da agroecologia, principalmente quando estão articuladas com outros movimentos e promovem intercâmbios de experiências e ações em rede. No estado da Bahia existem muitas organizações desse tipo, localizadas nos diferentes biomas, sendo que boa parte dessas organizações adotam o enfoque – técnico, científico e político – agroecológico em suas práticas, e se propõem superar os métodos convencionais de transferência de tecnologia por meio de novas metodologias horizontais, considerando o camponês um sujeito ativo, promovendo o diálogo de saberes e valorização do conhecimento local.

A perda do conhecimento local é, tipicamente, o resultado de décadas de imposição de conhecimentos exógenos por meio de projetos, condições de crédito, assistência técnica e a publicidade onipresente em favor do modelo de monocultura dependente de insumos agroquímicos que caracteriza o agronegócio. Em oposição a esse processo, o tema da transição agroecológica tem estado cada vez mais presente nas práticas das organizações de ATERs que atuam com agricultura familiar camponesa e comunidades tradicionais.

Na Bahia, existem várias organizações de ATER que assessoram experiências produtivas e oportunizam espaços de formação técnica. Boa parte delas conta com o apoio da Secretária de Desenvolvimento Rural (SDR), inserem-se em programas e políticas públicas, tais como: Bahia Produtiva, Pró-Semiárido, Bahiater, e participam de fóruns, conselhos e articulações. Assim, constroem territórios-rede com outras organizações e projetos. Em 2018, a Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (Bahiater), órgão vinculado à Secretária de Desenvolvimento Rural (SDR), lançou uma chamada pública específica para contratação de entidades prestadoras de serviços de ATER<sup>5</sup> com enfoque agroecológico para atender cerca de 7 mil famílias.

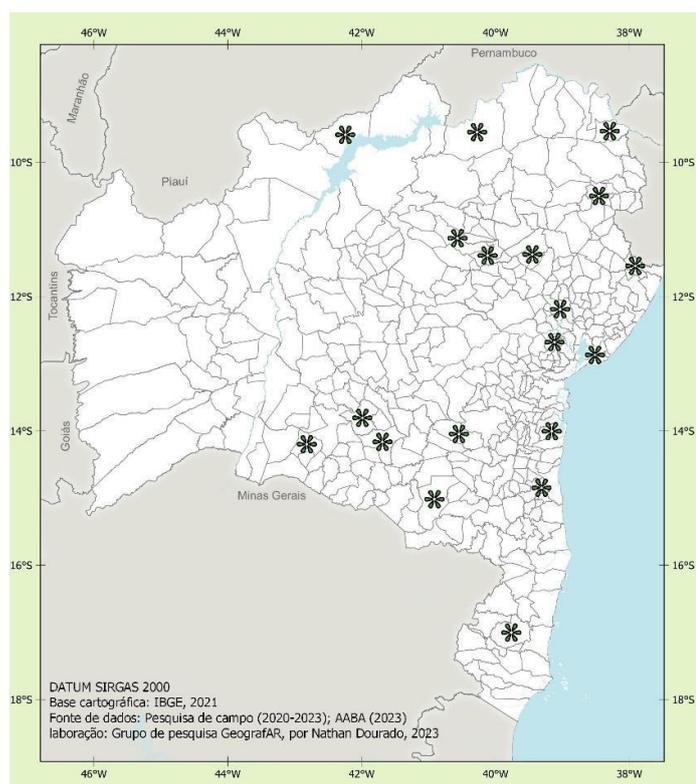
Uma ATER Agroecológica, também em consonância com os objetivos da Lei Estadual nº 12.372/2011, não deve estar voltada apenas para o aumento da produtividade na lógica da verticalização de cadeias produtivas, e sim potencializar os processos coletivos para gestão dos bens comuns e o fortalecimento dos mercados locais, com o objetivo de aumento da autonomia e da sustentabilidade dos agroecossistemas e processos participativos de construção de conhecimentos baseados no diálogo de saberes [...] Uma ATER Agroecológica deve ainda, reconhecer o território como o lugar da produção dos saberes e a generalização dos conhecimentos universais, sendo que sua mediação se dá, idealmente, por meio de redes territorializadas que tem na dinâmica dos agricultores experimentadores a base social e cultural para orientação da agenda da pesquisa científica, da extensão e do ensino (CHAMADA PÚBLICA ATER AGROECOLOGIA SDR/BAHIATER Nº 001/2018).

Em 2012 foi criada a Articulação de Agroecologia da Bahia (AABA), com o objetivo de fortalecer o movimento agroecológico no estado, atualmente, é composta por 18 organizações (Figura 6), tais como: Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (SASOP), Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), Assessoria e Gestão em Estudos da Natureza, Desenvolvimento Humano e Agroecologia (Agendha), Cooperativa de Trabalho e Assistência à Agricultura Familiar Sustentável do Piemonte (Cofaspi), Centro de Convivência e Desenvolvimento Agroecológico do Sudoeste da Bahia

<sup>5</sup> Para concorrer as entidades deveriam estar previamente credenciadas junto ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS), na forma da Lei Estadual nº 12.372, de 23 de dezembro de 2011e credenciadas como entidades executoras de ATER no SIATER (Sistema de monitoramento e credenciamento de executoras de ATER).

(CEDASB), Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (Irapa), Movimento de Organização Comunitária (MOC), Associação do Semi-Árido da Microrregião de Livramento (ASAMIL), Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Extremo Sul da Bahia - Terra Viva Itamaraju, Instituto Agrovida, dentre outros. A principal bandeira da Articulação é a aprovação e implementação do Projeto de Lei 21.916/2016, que institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica<sup>6</sup>.

**Figura 5 - Mapa de localização das ATER integrantes da ABAA, 2023.**



Fonte: elaboração própria (2023).

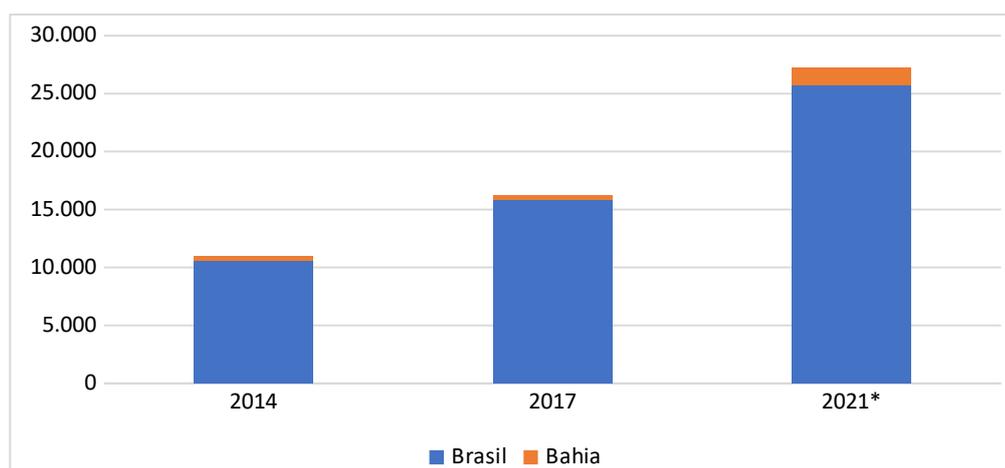
### 3.3 Certificação orgânica

De acordo com os dados do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO/MAPA) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o estado da Bahia conta com 1.528 produtores orgânicos certificados, representando apenas 0,25% do

<sup>6</sup> O projeto, de autoria do deputado estadual e coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista da Bahia, Marcelino Galo, cria mecanismos legais de planejamento e ordenamento que possibilitem a promoção da soberania alimentar e nutricional. Mais informações em: <https://agroecologia.org.br/2019/05/23/ato-politico-busca-aprovacao-da-lei-de-agroecologia-e-producao-organica-na-bahia/>

total de 593 mil estabelecimentos de agricultura familiar presentes no estado. No Brasil, existem, no total, 25.758 produtores orgânicos certificados (Gráfico 1).

**Gráfico 1 - Número total de produtores orgânicos no Brasil e na Bahia nos anos de 2014, 2017 e 2021.**



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO/MAPA).

O Gráfico 1 apresenta o aumento exponencial no número de produtores orgânicos cadastrados no CNPO, no Brasil e na Bahia, sendo que a Bahia, com 1.528, abriga 6% do total de produtores orgânicos e ocupa a 6ª posição no cenário nacional, antes estão os estados do Rio Grande do Sul (com 3.941), Paraná (com 3.827), São Paulo (com 2.078), Santa Catarina (com 1.697) e Pará (com 1.654) (CNPO/MAPA, 2021).

No Censo Agropecuário 2006, realizado pelo IBGE, 90.498 produtores se autodeclararam como orgânicos, dos quais 5.106 responderam possuir certificação. No Censo Agropecuário de 2017, a pergunta era se o agricultor fazia agricultura ou pecuária orgânica certificada e 64.690 responderam que sim. Os dados apontam para um crescimento de mais de mil por cento no número de produtores orgânicos certificados.

A certificação orgânica é feita junto aos Organismos da Avaliação da Conformidade Orgânica (OAC) credenciados no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Atualmente, no Brasil, existem 41 OAC credenciados, sendo 28 Sistemas Participativos de Garantia da Qualidade Orgânica (SPG) e 13 certificadoras por auditoria. Os produtos certificados podem utilizar o selo federal do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SisOrg.) nas embalagens (Figura 6) com o objetivo de facilitar ao

consumidor identificar os produtos orgânicos que estão em conformidade com os regulamentos e normas técnicas da produção orgânica. O produtor agroecológico e/ou orgânico sem certificação, não pode utilizar o selo federal, pode comercializar somente nas feiras, direto ao consumidor e para as compras do governo, para isso é necessário fazer parte de um grupo de Organização de Controle Social (OCS) e possuir um documento de Declaração de Cadastro, que demonstra que ele está cadastrado junto ao MAPA.

**Figura 6- Selo federal Brasil Orgânico.**



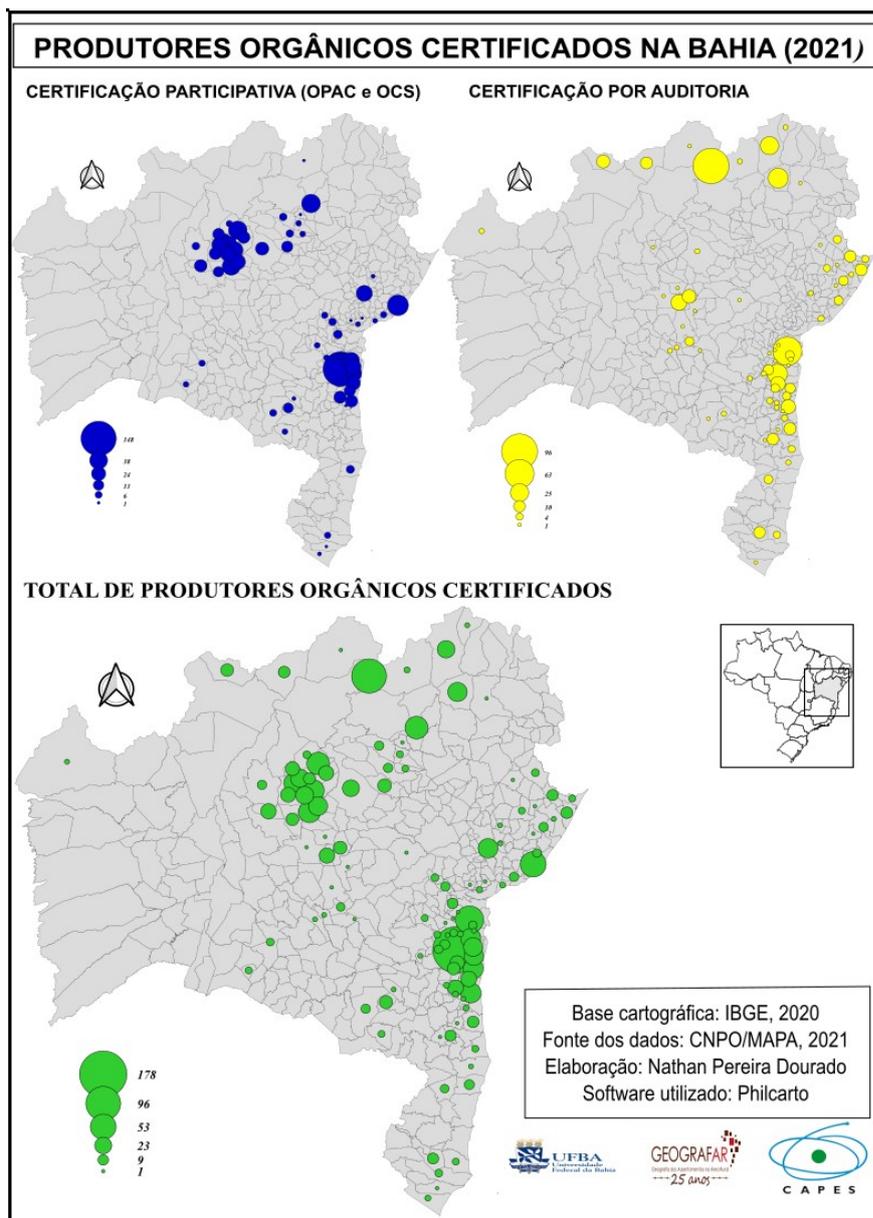
Fonte: <https://povosdamata.org.br/quem-somos/selo-organico/>

**Tabela 1 - Quantidade de produtores certificados por tipo de auditoria no Brasil e na Bahia, 2021.**

Tipo de Organismo de Avaliação da Conformidade Orgânica (OAC)	Quantidade de produtores	
	Brasil	Bahia
Auditoria	12.018	532
Sistemas Participativos (OPAC)	8.682	850
Organização de Controle Social (OCS)	5.058	146
<b>Total</b>	<b>27.758</b>	<b>1.528</b>

**Fonte:** Elaboração própria com base nos dados do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO/MAPA). Dados atualizados em 01/11/2021.

**Figura 7 - Mapa dos produtores orgânicos certificados na Bahia.**



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do CNPO/MAPA 2021.

Dentre os Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC)<sup>7</sup>, a Rede de Agroecologia Povos da Mata se destaca na Bahia, sendo que, atualmente, conta com 850 produtores certificados, ou seja, é responsável por todos os certificados obtidos por sistema participativo no estado da Bahia. Foi credenciada oficialmente pelo MAPA como OPAC em agosto de 2016. Atualmente, está organizada em 70 grupos de agricultores,

<sup>7</sup> Um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC) é a parte do Sistema Participativo de Garantia (SPG) que se organiza como pessoa jurídica. Tem a finalidade de regular a certificação dos produtores orgânicos; coordenar os procedimentos de avaliação da conformidade; regular o funcionamento do sistema no cumprimento das normas de produção e comercialização dos produtos agrícolas e agroindustrializados; funcionar como uma agência certificadora sob o controle social.

divididos em 6 núcleos regionais (Quadro 9) envolvendo agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e quilombolas. No ano de 2020, a Rede atingiu um volume estimado de produção de 970.290 toneladas de alimentos orgânicos.

**Quadro 6 – Núcleos da Rede Povos da Mata na Bahia, 2021.**

Núcleo	Dimensão	Abrangência (municípios)
Serra Grande	44 famílias	Arataca, Aurelino Leal, Barro Preto, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itajuípe, Taboquinhas, Una e Uruçuca
Pratigi	107 famílias	Maraú, Ibirapitanga, Pirai do Norte, Jaguaquara, Apuarema, Ipiaú, Camamu, Gandu, Nova Ibiá, Igrapiúna
Monte Pascoal	100 famílias	Mucuri, Nova Viçosa, Posto da Mata, Teixeira de Freitas, Caravelas, Prado, Itamaraju, Eunápolis, Cabrália e Porto Seguro.
Raízes do Sertão	175 famílias	Barro Alto, Barra do Mendes, Canarana, Lapão, Ibititá, Ibipeba, Irecê, São Gabriel, Central, Jussara, Uibaí, Presidente Dutra, João Dourado, Gentio do Ouro. Ipuiara e Morro do Chapéu
Mongoió	22 famílias	Barra da Estiva, Barra do Choça, Caetitê, Candiba, Cândido Sales, Guanambi, Ibiassucê, Ibicoara, Igaporã, Itambé, Itapetinga, Ituaçu, Jussiape, Pindaí, Piripá, Planalto, Poções, Ribeirão do Largo, Tanque Novo, Tremedal, Urandi, Vitória da Conquista.
Recôncavo	36 famílias	Aratuípe; Valença; Wenceslau Guimarães; Presidente Tancredo Neves; Taperoá; Vale do Jequiriça: Amargosa; Laje; Mutuípe; Milagres; São Miguel das Matas; Santo Antônio de Jesus; Salvador; Vera Cruz;

Fonte: Elaboração própria com base em dados obtidos no site <https://povosdamata.org.br/>.

A Rede Povos da Mata surgiu como uma alternativa aos processos convencionais de certificação por auditoria, por serem onerosas, burocráticas e promovidas por empresas privadas, muitas delas transnacionais (a exemplo de IBD, Ecocert, IMO-Control etc), “evidentemente sem um debate político-estratégico de base” (EDUARDO, 2016, p. 160). Portanto, a certificação participativa, por meio de OPAC, se apresenta como forma de promover a agroecologia e um sistema de credibilidade solidária no estado da Bahia. A certificação participativa envolve processos pedagógicos, formativos e organizativos. O produtor deve participar ativamente do grupo ou núcleo a que estiver ligado, comparecendo a reuniões periódicas e visitas técnicas para monitorar e certificar seus pares.

**Figura 8 - Selo próprio de produto orgânico e certificação participativa.**



Fonte: <https://povosdamata.org.br/quem-somos/selo-organico/>

### 3.4 Estratégias de comercialização

É crescente a demanda por alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos, por parte dos consumidores urbanos. As feiras agroecológicas e orgânicas cumprem um importante papel na comercialização desses alimentos, de forma direta, promovendo uma interação entre produtor e consumidor, entre o campo e a cidade, além de se constituir um espaço social, cultural e educativo, onde questões como a reforma agrária, agricultura camponesa e a segurança e soberania alimentar são objetos de reflexão. As feiras agroecológicas “desempenham um papel importante para o debate da questão agrária nacional, conduzindo a reflexões sobre o acesso e permanência dos camponeses nos territórios para a produção de vida e de alimentos livres de venenos” (ARAÚJO; AMORIN; SANTOS, 2021, p. 20).

Para os camponeses, as feiras representam um importante espaço de comercialização e contribuem para a reprodução social das famílias camponesas. Ao mesmo tempo, representa uma forma de resistência e contraposição ao modelo hegemônico de produção, comercialização e consumo do agronegócio. Por meio das feiras, as famílias apropriam-se integralmente dos produtos do trabalho, livrando-se de intermediários e da subordinação às relações capitalistas, podendo praticar preços mais acessíveis aos consumidores (EDUARDO, 2016). Os mercados camponeses, como são definidas as tradicionais feiras livres, segundo Ploeg (2020, p.965, tradução livre):

[...] não são voltados para produzir lucros para impulsionar a acumulação de capital. Eles visam produzir níveis aceitáveis de renda para os atores envolvidos (produtores, comerciantes) e fornecer alimentos saudáveis a preços razoáveis para os consumidores. Na maioria das vezes, esses mercados são como bens comuns: não são propriedade de atores privados e não estão à venda. [...] Assim, todo mercado

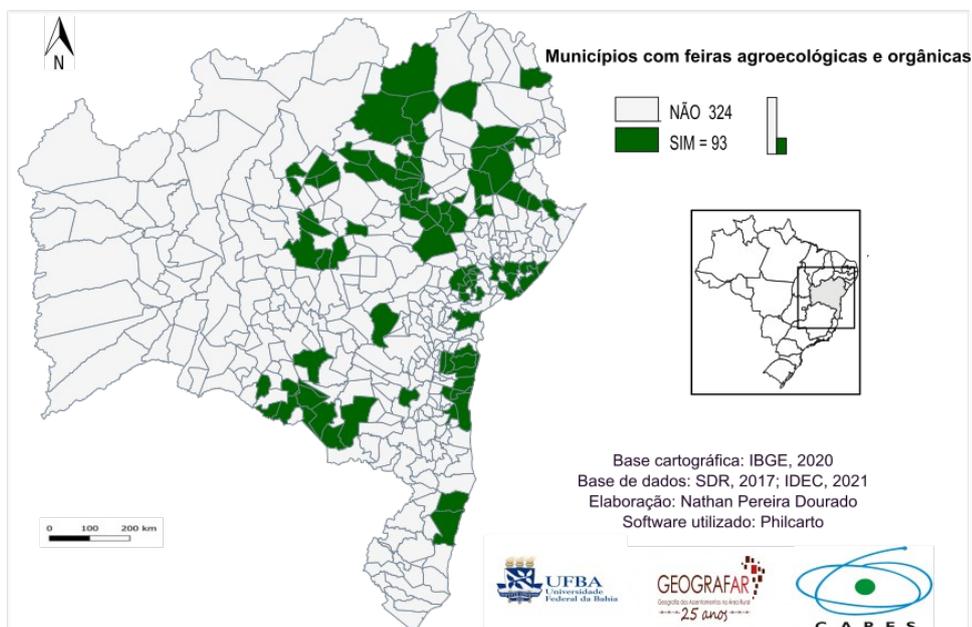
territorial representa uma ruptura visível, material e simbólica na hegemonia das cadeias alimentares, dos circuitos dos grandes supermercados e, de forma mais geral, do controle do capital sobre a distribuição de alimentos.

Machado e Machado Filho (2014), ponderam sobre o papel das feiras agroecológicas como forma de enfrentamento ao agronegócio, ao considerarem como um instrumento quantitativamente incapaz de enfrentar o agronegócio, “qualitativamente sim, até porque as ‘feirinhas’ são locais de esclarecimento e conscientização sobre os malefícios dos produtos da agricultura industrial” (p. 69). Para os autores, em que pese a utilidade dessas feiras e o ambiente agradável que é criado, elas constituem “um mercado restrito a alguns produtores e seus consumidores, ambos em número limitado, justificando o nome no diminutivo ‘feirinhas’” (p. 68). Ainda com base em Machado e Machado Filho (2014), a agroecologia não pode ser pensada no horizonte de um mercado limitado, de soluções individuais<sup>8</sup> e de certo modo elitizado, ao contrário, deve ser pensada a partir de outra dimensão, outra escala, capaz de atender a demanda de toda população.

O estado da Bahia dispõe de aproximadamente 110 feiras agroecológicas e/ou orgânicas, que são promovidas por diferentes organizações, quase sempre com apoio do poder público municipal ou estadual. Na pandemia, foi possível observar muitas experiências de entregas de cestas agroecológicas como uma forma de continuar comercializando estes produtos. No mapa da Figura 8, é possível identificar os 93 municípios que possuem feiras agroecológicas e orgânicas. Observa-se que ainda é restrita a presença de feiras agroecológicas e orgânicas em toda região oeste do estado.

**Figura 8 - Mapa dos municípios com feiras agroecológicas e orgânicas na Bahia, 2021.**

<sup>8</sup> Entendida pelos autores como uma das formas sutis que o sistema capitalista usa para desviar a atenção das questões maiores.



Fonte: elaboração própria com base em SDR (2017) e IDEC (2021).

Além das feiras agroecológicas e orgânicas, os mercados populares voltados para o público urbana tem-se constituído um importante espaço de comercialização de produtos agroecológicos, promotor de cultura e conscientização política. Na Bahia, podemos destacar a presença dos Armazéns do Campo do MST e do espaço Raízes do Brasil do MPA.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A territorialização da agroecologia, como resposta ao modelo de desenvolvimento capitalista no campo, oferece respostas às múltiplas crises enfrentadas pela sociedade: ambiental, climática, alimentar, social e econômica. Para que ocorra de forma plena, é imprescindível tratar da questão da reforma agrária e promoção de políticas públicas voltadas para agricultura familiar camponesa, povos e comunidades tradicionais. Buscou-se com este artigo apresentar um mapeamento de algumas experiências impulsionadoras da agroecologia e analisar, ainda que de forma incipiente, os avanços e desafios da massificação da agroecologia no estado da Bahia na perspectiva da construção de novas territorialidades e um outro paradigma de desenvolvimento para o campo.

De modo geral, podemos afirmar que as experiências mapeadas possuem papel de destaque no processo de territorialização da agroecologia na Bahia. Tais experiências apontam para a disputa de territórios (materiais e imateriais) dentro das instituições de ensino, pesquisa e extensão, nos projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural, na certificação orgânica, nas políticas públicas e na construção de mercados alternativos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENTEJANO, P. A hegemonia do agronegócio e a reconfiguração da luta pela terra e reforma agrária no Brasil. **Caderno Prudentino de Geografia**. n.42, v.4. p.251-285, 2020.

ALTIERI, M. A.; TOLEDO, V. The agroecological revolution in Latin America: Rescuing nature, ensuring food sovereignty and empowering peasants. **The Journal of Peasant Studies**, 38(3), 587–612, 2011. <https://doi.org/10.1080/03066150.2011.582947>

ARAÚJO, D.M.; AMORIN, W.V.; SANTOS, C.D. A territorialização das feiras agroecológicas e orgânicas em Fortaleza – Ceará. **Revista GeoSertões (UFCG)**. V. 6, n.8, jan./jun. 2021.

EDUARDO, M. F. Agroecologia e o processo de ativação de territorialidades camponesas. **Revista NERA**, ano 19, nº31, 2016, pp. 143-165.

FERGUSON, B.G.; MAYA, M.A.; GIRALDO, O.; MIER Y TERÁN M.G.C.; MORALES, E.; ROSSET, P. Special issue editorial: What do we mean by agroecological scaling? **Agroecology and Sustainable Food Systems**, 43:7-8, 722-723, 2019

FERNANDES, B. M. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (ed.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora UNICAMP, 2008. p. 173–224.

GERMANI, G. I. Questão agrária e movimentos sociais: a territorialização da luta pela terra na Bahia. In: COELHO NETO, A. S.; SANTOS, E. M. C.; SILVA, O. A. (Org.). **(GEO)grafias dos movimentos sociais**, Feira de Santana, UEFS Editora, p. 269-304, 2010.

GUZMÁN, E. S.; MOLINA, M.G. de. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário de 2017**. 2019. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004.

HAESBAERT, R. Território(s) numa perspectiva latino-americana. **Journal of Latin American Geography**, v. 19, n. 1, 2020, p. 141-151.

INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Incra nos Estados** - Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária. [On-line] Brasília: INCRA, 2017. Disponível em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>

MACHADO, L.C.P; MACHADO FILHO, L.C.P. **Dialética da agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2014. 360p.

MIER Y TERÁN, M. G. C.; GIRALDO, O. F.; ALDASORO, M; MORALES, H; FERGUSON, B. G.; ROSSET, P.; KHADSE, A.; CAMPOS, C. Bringing agroecology to scale: An overview of key drivers and emblematic cases. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v.42, n.6, pp.637-665, 2018 DOI:10.1080/21683565.2018.1443313

PLOEG, J. van der. D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PLOEG, J. van der. D. The drivers of change: the role of peasants in the creation of an agro-ecological agriculture. **Agroecología**. (6), 47-54, 2012.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. Revista Internacional Interdisciplinar **INTERthesis**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 1-55, jan. 2004

PIMENTEL, V.C. **Limites e possibilidades da educação formal em agroecologia no âmbito da rede federal de educação, ciência e tecnologia**. Tese (Doctorado Recursos Naturales y Gestión Sostenible) – Universidad de Cordoba, Cordoba, 2022.

ROSSET, P. A territorialização da Agroecologia na disputa de projetos e os desafios para as escolas do campo. In: SOARES, D. R et al (Orgs.). **Agroecologia na educação básica: questões propositivas de conteúdo e metodologia** – 2.ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2017.

ROSSET, P.; ALTIERI, M. **Agroecologia: ciência e política**. São Paulo: Editora Unesp; Editora Expressão Popular, 2022.

ROSSET,P; BARBOSA, L.P. A territorialização da agroecologia na Via Campesina. **ECOECO**, n.39, p. 46 – 52, 2019.

ROSSET, P.; MARTÍNEZ-TORRES, M. E. Agroecología, territorio, recampesinización y movimientos sociales. **Estudios Sociales**, 25(47), 275-299, 2016.

SAQUET, M. A. Agricultura camponesa e práticas (agro)ecológicas: abordagem territorial histórico-crítica, relacional e pluridimensional. **Mercator**, Fortaleza, v. 13, n. 2, p. 125-143, mai./ago. 2014.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. p. 77-116. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C; CORRÊA, R. L. (Orgs.) **Geografia: conceitos e temas**. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

**Nathan Pereira Dourado**

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia (Análise do Espaço Geográfico) da Universidade Federal da Bahia (POSGEO/UFBA). Possui graduação em Gestão Ambiental pela Universidade de Mogi das Cruzes (2011) e Geografia pela Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG (2016). Mestre em Agroecossistemas, na área de concentração Desenvolvimento Rural, pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (2019).

Email: npdourado@hotmail.com

**Guiomar Inez Germani**

Possui graduação em Administração de Empresas pela Universidade Estadual de Maringá (1975), mestrado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1982) e doutorado em Geografia pela Universidad de Barcelona (1993). Atualmente é professora aposentada e vinculada ao corpo permanente do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pesquisadora líder do Grupo de Pesquisa GeografAR.

Email: guio\_ufba@yahoo.com.br